
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
PROPOSIÇÕES PRELIMINARES PARA A POLÍTICA DA DIMENSÃO SOCIAL: SAÚDE
Junho/2022

Responsável (eis):

Danielle Ramos de Miranda Pereira
Luiza de Marilac de Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	2
2. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS	3
3. PROPOSTAS PRELIMINARES	4

APRESENTAÇÃO

O plano diretor é uma lei que define como o município deve crescer e se desenvolver, de maneira que toda a população seja beneficiada com melhorias na sua qualidade de vida, protegendo o meio ambiente e a cultura e deve ser feito com a participação das pessoas que moram no município, tanto na cidade como na zona rural, porque são elas que melhor conhecem o lugar onde vivem e são as mais interessadas em encontrar um bom caminho para o futuro que desejam para si e para suas famílias.

Este relatório irá apresentar as contribuições obtidas para a dimensão social da Saúde, nas oficinas participativas realizadas na sede e nas áreas rurais do município, assim como a advinda da consulta popular virtual.

Considerando o panorama emergido a partir dos estudos realizados nos diagnósticos e as demandas da população colocadas nas oficinas participativas, foram elencadas propostas para Saúde de Conselheiro Lafaiete.

1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Em Conselheiro Lafaiete, observou-se que o número de equipes de saúde da família não consegue cobrir a população em sua totalidade (cobertura em torno de 82% em 2021) e que o município necessita de uma infraestrutura mais adequada no que se refere especialmente aos imóveis onde funcionam as Unidades de Saúde da Família (USF), adaptados de maneira pouco adequada ao seu funcionamento.

Nas Unidades de Saúde da Família (USF) não há equipe para serviços gerais de limpeza, de forma que os próprios profissionais da saúde dividem estes serviços de limpeza entre si, o que não parece adequado onde um ambiente limpo aumenta a segurança dos pacientes e dos próprios servidores da saúde. Contudo, a secretaria de saúde já está em processo de licitação para a contratação de empresa para tal função. As USF também não contam com equipe administrativa, cuja função acaba sendo acumulada pelos ACS.

Existe nas USF um acúmulo de funções para o enfermeiro, que além de ser assistencialista e, muitas vezes, não poder contar com o médico em tempo integral, assume a função de gerente da unidade. O que poderia auxiliar os enfermeiros em seu trabalho seria a elaboração do protocolo de enfermagem pelo município, ampliando a autonomia deste profissional com relação à prescrição de exames e, conseqüentemente, desafogando os médicos, especialmente no atendimento às gestantes que são acompanhadas intercaladamente por enfermeiro e médico até a 28ª semana.

Esta limitação na disponibilidade dos médicos em tempo integral nas USF, leva a população a procurar diretamente a policlínica que funciona como um pronto atendimento, 24 horas por dia. Estes fatores podem impactar o acesso da população ao atendimento, a qualidade do serviço prestado e a produção da USF. Desta forma, ficou evidente a necessidade de um plano de carreira para os servidores da saúde, a fim de

diminuir a rotatividade, especialmente, de médicos e evitar que sua disponibilidade seja inferior à carga horária previamente determinada pela carreira.

Por fim, vale ressaltar que a população tende a procurar os serviços de saúde para o tratamento e não para a prevenção, o que mostra a importância da comunicação em saúde para esclarecer a população da importância da promoção e da prevenção em saúde, fortalecendo Atenção Básica.

2. CONTRIBUIÇÕES DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

As contribuições, sugestões e problemas relatados pela população nas oficinas realizadas em Conselheiro Lafaiete foram sistematizadas na lista apresentada abaixo:

- Construção do posto de saúde e do velório no povoado de São Vicente. O posto atual funciona na casa paroquial;
- Ampliação do atendimento, pois o médico só vai uma vez por semana;
- Ter atendimento odontológico;
- Implantação de telefone no Posto de Saúde.
- Vacinação volante nos povoados, pois é difícil a locomoção dos povoados para São Vicente.
- Em Buarque de Macedo, o atendimento no Posto de Saúde é bom e funciona todos os dias pela manhã e um dia na parte da tarde, mas é um caos, no que tange a estrutura física. O posto de saúde funciona em casa alugada que está toda mofada;
- Implantação de atendimento odontológico em Buarque de Macedo. O posto de saúde tem consultório odontológico montado, mas não tem profissional para o atendimento;
- No bairro Triangulo II não existe PSF próprio, a população utiliza o posto de saúde do bairro Carijós;
- O piso salarial da equipe de saúde, principalmente médicos, é o mais baixo da região, sendo que o prefeito apresentou proposta de revisão que foi recusada pelo Conselho Municipal de Saúde;
- Qualidade do atendimento médico é ruim e hospital de atendimento a crianças não atende as especialidades infantis;
- Como nem todos os PSF possuem atendimento odontológico, o município perderá recursos federais;
- Falta de medicamentos nas unidades de saúde (em Catas Altas e Cristiano Ottoni);
- Moradores acreditam que a má qualidade na prestação de serviços de saúde esteja ligada à problemas de gestão municipal.
- Reforma e ampliação DO PRONTO SOCORRO e um Hospital REGIONAL
- Postos de saúde com instalações precárias, não tem banheiro, nem sala para enfermagem, possuindo na maioria somente um consultório . Os pacientes não têm onde esperar para consulta ficando debaixo de sol e chuva;
- Falta infraestrutura adequada e o quadro de profissionais é deficitário.

3. PROPOSTAS PRELIMINARES

As propostas do plano diretor abaixo elencadas estão em forma de diretrizes gerais e ações globais que podem contribuir para a melhoria da saúde no município e que questões mais específicas devem ser abordadas pelo plano municipal de saúde.

Diretrizes:

- A democratização do acesso da população aos serviços de saúde;
- A melhoria da gestão, do acesso e da qualidade das ações, serviços e informações de saúde;
- O desenvolvimento de programas e ações de saúde tendo como base a territorialização, a priorização das populações de maior risco, a hierarquização dos serviços e o planejamento das ações de saúde;
- A aplicação de abordagem associada ao entendimento do processo de saúde-doença e nas intervenções que visem à proteção, à promoção e à reparação da saúde;
- A redução dos principais agravos, danos e riscos à saúde, modificando o quadro epidemiológico;
- A adequação da rede física de atendimento às necessidades da população;
- A adequação dos recursos humanos para a realização dos serviços oferecidos;
- A efetividade do Plano, Fundo e Conselho Municipal de Saúde;
- O apoio à realização da Conferência Municipal de Saúde;
- A elevação do padrão de qualidade e eficiência do atendimento em saúde prestado à população;
- A efetivação do planejamento descentralizado, com foco nas necessidades de saúde da população local.

Ações:

- Expandir a cobertura da Estratégia de Saúde da Família, com a ampliação do número de equipes envolvidas, inclusive as de saúde bucal;
- Incluir a população rural no atendimento pelas equipes de Estratégia de Saúde da Família;
- Adequar a infraestrutura física das Unidades de Saúde da Família, de forma a permitir um atendimento de qualidade;
- Automatizar o processo de marcação de consultas especializadas com a aquisição de softwares específicos em saúde, que além destas informações, organizassem outros dados da secretaria cujo armazenamento não seja realizado pelo e-SUS;
- Melhorar a gestão da vacinação, bem como monitorar a qualidade dos dados epidemiológicos e acompanhar periodicamente os resultados;
- Proporcionar vacinação volante em regiões de mais difícil acesso da população a este serviço;
- Investir na formação e capacitação continuada de todos os profissionais da área de saúde e dos agentes comunitários;

FJP

Alameda das Acácias, 70, São Luiz,
Belo Horizonte – MG
www.fjp.mg.gov.br

-
- Adequar a infraestrutura física da Policlínica para um atendimento de qualidade;
 - Realizar reforma administrativa para regulamentar carga horária e salário dos servidores lotados nos setores da saúde;
 - Garantir o cumprimento da carga horária integral dos médicos para não limitar o acesso da população aos serviços médicos naquela que deveria ser a principal porta de entrada do sistema de saúde, a ESF;
 - Elaborar protocolo de enfermagem municipal, ampliando a autonomia do enfermeiro com relação à prescrição de exames;
 - Contratar farmacêuticos para garantir a entrega de medicamento nas Unidades Saúde da Família;
 - Concluir o processo de licitação para a contratação de pessoal para a limpeza das Unidades de Saúde da Família;
 - Contratar apoio administrativo para as Unidades de Saúde da Família para liberar os agentes comunitários para a realização de suas funções específicas;
 - Fortalecer a vigilância à saúde no município para o conhecimento dos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, acompanhado de recomendação e adoção das medidas de prevenção e controle cabíveis;
 - Monitorar os processos baseados na utilização de sistemas informatizados;
 - Fomentar a participação popular no processo de discussão e deliberação das políticas de saúde por meio de reuniões ordinárias do Conselho de Saúde e da realização de Conferências Municipais de Saúde.